

**HABEAS CORPUS Nº 547.761 - SP (2019/0352892-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : FLAVIO MODENA CARLOS  
**ADVOGADO** : FLAVIO MODENA CARLOS - PR057574  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : BRUNO LUIZ QUADROS PAGLIOCO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de BRUNO LUIZ QUADROS PAGLIOCO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2253341-59.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso cautelarmente em 24/4/2019, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, c/c art. 40, inciso V, todos da Lei 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes e associação para o narcotráfico majorados).

Alegando falta de fundamentação da prisão processual e excesso de prazo para formação da culpa, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que indeferiu seu processamento, em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS - alegação de falta de fundamentação da r. sentença que indeferiu o direito de recorrer em liberdade, tendo se baseado tão somente na gravidade concreta do crime - inocorrência - decisão que ao indeferir o direito de recorrer em liberdade faz menção à circunstâncias do caso concreto.*

*HABEAS CORPUS - presença do fumus commissi delicti no auto de apreensão, auto de constatação e prova oral que indica que a droga estava em poder do réu, ora paciente. Indícios que permitem, por ora, a capitulação como tráfico, tais como quantidade inusual à figura do usuário - presença do periculum in libertatis tais como o fato de existirem indícios de que o réu exerce o tráfico profissionalmente e que solto tornará a delinquir; presença de alta reprovabilidade, visto a quantidade das drogas - o fato do réu ser primário e sem antecedentes não impede a prisão preventiva - falta de ofensa ao princípio da presunção de inocência, inteligência da Súm. 09 do STJ.*

*HABEAS CORPUS - alegação de excesso de prazo - criação jurisprudencial, avaliada à luz do princípio da razoabilidade -*

# Superior Tribunal de Justiça

*circunstâncias mais gravosas aptas a autorizar maior dilação temporal - inexistência de desídia da d. Autoridade Impetrada - ausência de constrangimento ilegal - indefere-se o processamento (fl. 7).*

No presente *writ*, o impetrante sustenta que o paciente faz jus à extensão do benefício de liberdade provisória concedida à *corrê*, alegando que o Magistrado de primeiro grau não vislumbra mais os pressupostos art. 312 do Código de Processo Penal – CPP.

Alega excesso de prazo para formação da culpa, porquanto decorridos 7 meses da segregação provisória não foi marcada audiência de instrução e julgamento (fls. 32/33).

Requer, assim, liminarmente e no mérito, que seja determinado ao Tribunal *a quo*, que examine a possibilidade de extensão do benefício de liberdade provisória clausulada deferido a *corrê* ou a revogação da prisão preventiva em razão da mora processual, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, sugerindo a imposição das cominações previstas no art. 319, inc. IV, do CPP.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo *perfunctório*, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e com o envio de

# *Superior Tribunal de Justiça*

senha para acesso ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator